

**DADOS GERAIS**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-G**  
**PREGÃO ELETRÔNICO – UC-G****I. REGÊNCIA LEGAL**

Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 065/2023, Decreto Municipal nº 80/2023, Decreto Municipal nº 035/2024, Decreto Federal nº 8.538/15.

**II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR(ES)**

**PREFEITURA DE CARUARU / PROCESSO CORPORATIVO**

**III. PROCESSO LICITATÓRIO**

**Nº 210/2026**

**IV. MODALIDADE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026**

**V. OBJETO**

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico o fornecimento contínuo de água potável, classificada como água mineral natural ou água adicionada de sais, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de Polietileno Tereftalato (PET), livres de bisfenol-A (BPA), com capacidade aproximada de 20 litros, em regime de comodato, bem como fornecimento de água acondicionada em garrafas PET de 500 ml, água acondicionada em copos de 200 ml e garrações/vasilhames novos vazios de 20 litros, visando atender às necessidades dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.

**VI. MODO DE DISPUTA**

A disputa dar-se-á pelo modo **ABERTO** e os lances deverão respeitar o **INTERVALO MÍNIMO** de 1,0% (UM POR CENTO).

**VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**MENOR PREÇO (PREÇO TOTAL) POR ITEM**

**VIII. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**12 MESES**, prorrogáveis na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

**IX. DOS LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO**

<b>LOCAL DO PREGÃO</b>	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> <b>UASG:982381</b>
<b>DATA LIMITE</b> para recebimento das propostas	15/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
<b>INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS</b>	15/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
<b>REFERÊNCIA DE TEMPO</b>	<b>HORÁRIO DE BRASÍLIA</b>

**XI. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:**

<b>ANEXOS</b>	<b>I</b>	<b>Termo de Referência;</b>
	<b>II</b>	<b>Modelo de Proposta de preços;</b>
	<b>III</b>	<b>Modelo de Declarações; e</b>
	<b>IV</b>	<b>Minuta de Contrato.</b>

**XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL**

Na sala da Unidade de Contratação G (UC-G), no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: [ucg.caruaru@gmail.com](mailto:ucg.caruaru@gmail.com), na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMC (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

**XII. DADOS PARA CONTATO**

<b>Agente de Contratações/Pregoeiro:</b> Gilson D'angelo de Queiroz Rodrigues.	<b>E-mail:</b> <a href="mailto:ucg.caruaru@gmail.com">ucg.caruaru@gmail.com</a>
<b>Endereço:</b> Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.	<b>Fone:</b> (81) 9.8816-3913

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 210/2026 – UC-G****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026 – UC-G****SUMÁRIO**

<b>ITEM</b>	<b>ASSUNTO</b>
<b>01.00</b>	<b>PREÂMBULO</b>
<b>02.00</b>	<b>OBJETO DA LICITAÇÃO</b>
<b>03.00</b>	<b>DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)</b>
<b>04.00</b>	<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>05.00</b>	<b>COMPONENTES DESTE EDITAL</b>
<b>06.00</b>	<b>REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME</b>
<b>07.00</b>	<b>DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO</b>
<b>08.00</b>	<b>DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)</b>
<b>09.00</b>	<b>DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO</b>
<b>10.00</b>	<b>DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>
<b>11.00</b>	<b>DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</b>
<b>12.00</b>	<b>DA NEGOCIAÇÃO</b>
<b>13.00</b>	<b>DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA</b>
<b>14.00</b>	<b>DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO</b>

15.00	DA AMOSTRA
16.00	DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21.00	DO CONTRATO
22.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
23.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
24.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
25.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
26.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
27.00	DO PAGAMENTO
28.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
29.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
30.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026 – UC-G**

**1. PREÂMBULO**

**1.1.** O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de seu Exma. Sra. Secretária de Administração, através de seu **Agente de Contratação/Pregoeiro** da UC-Educação, designado através da Portaria GP Nº 0933/2026, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender a solicitação da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**1.2. A licitação observará o local e horários a seguir:**

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PREGÃO	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a> <b>UASG:982381</b>
DATA LIMITE para recebimento das propostas	15/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	15/07/2026 às 09h00min (horário de Brasília - DF)
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA
<b>OBSERVAÇÕES:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>▪ ESTA LICITAÇÃO PREVÊ RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI, CONFORME DETERMINA O ART. 48, INCISOS I E III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, REDAÇÃO DADA PELA LC Nº 147/2014.</li><li>▪ A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA <i>IN LOCO</i>, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE À(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).</li><li>▪ OS DOCUMENTOS ORIGINAIS ELETRÔNICOS <u>DEVEM SER ASSINADOS POR MEIO DE CERTIFICADO DIGITAL PERTENCENTE À CADEIA DE CHAVES PÚBLICAS ICP-BRASIL.</u></li></ul>	

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeira**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

1.5. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo a **Agente de Contratação/Pregoeira** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

1.7. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**2. OBJETO DA LICITAÇÃO**

2.1. Contratação de empresa visando a eventual e futuro **fornecimento contínuo de água potável, classificada como água mineral natural ou água adicionada de sais, sem gás, acondicionada em garrafas retornáveis de Polietileno Tereftalato (PET), livres de bisfenol-A (BPA), com capacidade aproximada de 20 litros, em regime de comodato, bem como fornecimento de água acondicionada em garrafas PET de 500 ml, água acondicionada em copos de 200 ml e garrafas/vasilhames novos vazios de 20 litros**, visando atender às necessidades dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, conforme especificações e quantitativos definidos no presente Termo de Referência.

**2.2.** As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **VALOR TOTAL POR ITEM**, conforme disposto na tabela abaixo:

Item	Especificação	Und.	Qtd.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO PERMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO PERMITIDO	COTA
1	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural OU água adicionada de sais, sem gás</b> , envasada mecanicamente em garrafão de Polietileno Tereftalato (PET), livre de bisfenol-A (BPA), liso e transparente, com capacidade aproximada de 20 litros, com lacre de segurança inviolável e selo do órgão competente. Produto devidamente registrado no órgão competente, atendendo aos padrões de potabilidade da Portaria GM/MS nº 888/2021 e demais normas aplicáveis. Fornecimento em regime de comodato.	UNIDADE	337.539	R\$ 5,95	R\$ 2.008.357,05	Ampla Concorrência
2	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural OU água adicionada de sais, sem gás</b> , envasada mecanicamente em garrafão de Polietileno Tereftalato (PET), livre de bisfenol-A (BPA), liso e transparente, com capacidade aproximada de 20 litros, com lacre de segurança inviolável e selo do órgão competente. Produto devidamente registrado no órgão competente, atendendo aos padrões de potabilidade da Portaria GM/MS nº 888/2021 e demais normas aplicáveis. Fornecimento em regime de comodato.	UNIDADE	112.513	R\$ 5,95	R\$ 669.452,35	Cota Reservada para ME/EPP
3	<b>GARRAFÃO/VASILHAME para água, novo e de primeiro uso</b> , fabricado em material plástico tipo Polietileno Tereftalato (PET), livre de bisfenol-A (BPA), liso e transparente, com capacidade aproximada de 20 litros, vazio e retornável.	UNIDADE	3.107	R\$ 21,45	R\$ 66.645,15	Ampla Concorrência
4	<b>GARRAFÃO/VASILHAME para água, novo e de primeiro uso</b> , fabricado em material plástico tipo Polietileno Tereftalato (PET), livre de bisfenol-A (BPA), liso e transparente, com capacidade aproximada de 20 litros, vazio e retornável.	UNIDADE	1.035	R\$ 21,45	R\$ 22.200,75	Cota Reservada para ME/EPP
5	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 500 ml</b> , com tampa de rosca e lacre de segurança, contendo identificação do fabricante, classificação do produto e demais informações obrigatórias no rótulo. Validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega. Pacote com 12 unidades.	PACOTE	6.593	R\$ 14,69	R\$ 96.851,17	Ampla Concorrência
6	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafa PET de 500 ml</b> , com tampa de rosca e lacre de segurança, contendo identificação do fabricante, classificação do produto e demais	PACOTE	2.198	R\$ 14,69	R\$ 32.288,62	Cota Reservada para ME/EPP

Item	Especificação	Und.	Qtd.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO PERMITIDO	VALOR TOTAL MÁXIMO PERMITIDO	COTA
	informações obrigatórias no rótulo. Validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega. Pacote com 12 unidades.					
7	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo de polietileno lacrado com tampa aluminizada, contendo 200 ml.</b> Produto em conformidade com as normas da ANVISA e legislação sanitária vigente, contendo marca, procedência, classificação e validade impressas na embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega. Caixa com 48 unidades.	CAIXA	2.360	R\$ 37,22	R\$ 87.839,20	Ampla Concorrência
8	<b>ÁGUA POTÁVEL, classificada como água mineral natural, sem gás, acondicionada em copo de polietileno lacrado com tampa aluminizada, contendo 200 ml.</b> Produto em conformidade com as normas da ANVISA e legislação sanitária vigente, contendo marca, procedência, classificação e validade impressas na embalagem. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data de entrega. Caixa com 48 unidades.	CAIXA	787	R\$ 37,22	R\$ 29.292,14	Cota Reservada para ME/EPP
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 3.012.926,43</b>	

**2.3.** Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante estão especificados abaixo:

- O quantitativo dos itens por secretaria se encontra no TR, e observar as divisões por cota no Edital

**§1.** Poderá ocorrer redistribuição dos quantitativos entre os órgãos/entidades da administração municipal durante a vigência do(s) contrato(s), procedendo-se tal redistribuição por meio de aditamento ao respectivo instrumento, após autorização dos órgãos/entidades originalmente contemplados pela demanda, não podendo o adjudicatário se negar a realizar o fornecimento nas quantidades especificadas no presente TR e/ou no instrumento contratual.

**§2. Regime de Comodato para Vasilhames:** A(s) Contratada(s) deverá(ão) disponibilizar, sem ônus para os órgãos e entidades da administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), os vasilhames vazios (garrafas retornáveis) em regime de comodato, para reposição do estoque conforme a demanda dos setores durante toda a vigência do contrato. Esses vasilhames ficarão sob a guarda e responsabilidade dos órgãos demandantes, que deverão conservá-los adequadamente e devolvê-los ao final do contrato. No caso de perdas ou danos, as reposições serão de responsabilidade dos órgãos ou entidades que causarem tais danos.

**§3. Garantia e Qualidade dos Produtos:** Os produtos ofertados deverão apresentar garantia contra defeitos de fabricação, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho do objeto contratado. Tal garantia deve estar em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) e demais legislações aplicáveis, incluindo a Lei nº 14.826, de 08/11/2012, que disciplina o uso de vasilhames plásticos retornáveis no Estado de Pernambuco.



**§4. Acondicionamento e Rotulagem:** Os produtos devem ser acondicionados conforme praxe do fabricante, assegurando a integridade total até o momento do uso. A rotulagem deverá atender à legislação vigente, incluindo as informações exigidas no rótulo do garrafão, tais como marca, procedência, data de envase, prazo de validade do conteúdo e do próprio garrafão, este último com marcação permanente e validade mínima de 12 (doze) meses.

**§5. Validade e Condições de Entrega da Água:** A água potável mineral natural deverá ser entregue com no máximo 1 (um) mês a contar da data de envase, observando o prazo máximo de validade de 3 (três) meses, conforme indicado na embalagem. Os garrafões deverão estar íntegros, sem amassamentos, rachaduras, remendos ou deformações, com tampa lacrada e selo fiscal inviolável.

**§6. Características dos Garrafões:** Os garrafões de 20 litros a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, com validade mínima de 3 (três) anos, conforme os padrões e normas fixados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

**§7. Normas e Regulamentações Aplicáveis:** O envasamento, acondicionamento, armazenamento e distribuição dos produtos deverão estar em conformidade com as normas e regulamentações vigentes, especialmente:

- Resolução ANM nº 193, de 27 de dezembro de 2024;
- ABNT NBR 14222:2019 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável – requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 14328:2011 – Embalagens plásticas para água mineral e potável de mesa – tampa para garrafão retornável – requisitos e métodos de ensaio;
- ABNT NBR 14637:2011 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável – requisitos para lavagem, enchimento e fechamento;
- ABNT NBR 14638:2011 – Embalagem plástica para água mineral e potável de mesa – garrafão retornável – requisitos para distribuição;
- ANVISA RDC Nº 717/2022 – Regulamento técnico para águas envasadas e gelo;
- ANVISA RDC nº 331/2019 – Regulamento técnico de características microbiológicas para água mineral natural e água natural.

**§8.** O preço apresentado na proposta deverá incluir todos os custos incidentes sobre o objeto da licitação, tais como impostos, fretes, seguros, taxas e quaisquer outros encargos que possam incidir direta ou indiretamente.

**§9.** Após a adjudicação, nenhum produto ou serviço poderá ser substituído por outro de marca ou especificação diferente, salvo mediante apresentação de justificativa técnica devidamente fundamentada e aprovação expressa e formal da Prefeitura Municipal de Caruaru. A substituição só será permitida se comprovadamente o produto alternativo for de qualidade superior.

**2.4.** Para o **ITEMS 1, 3, 5, 7**, observar-se-á o procedimento concernente à **COTA PRINCIPAL** e **COTA RESERVADA**, prevista no **Inciso III do Artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006** e no **Decreto Estadual nº 45.140/2017** para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI.

**2.5.** Para os demais itens observar-se-á o procedimento concernente à **LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME e EPP**, prevista no **Inciso I do Artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006** e no **Decreto Estadual nº 45.140/2017**.

**2.6.** Para a **Cota Reservada (ITEMS 2, 4, 6, 8)** não havendo vencedor, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da **Cota Principal (ITEMS 1, 3, 5, 7)** ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma

sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado (da cota principal), conforme §2º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/15.

**2.7.** Não havendo vencedor para a **Cota Principal** está poderá ser adjudicada ao vencedor da **Cota Reservada**, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, de forma sucessiva, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota reservada.

**2.8.** Se a mesma empresa vencer a **Cota Reservada** e a **Cota Principal**, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço ofertado pela empresa, conforme §3º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/15.

**2.9.** Por se tratar de fornecimento parcelado, deverá ter prioridade nas aquisições os produtos ofertados decorrentes da Cota Reservada, salvo, os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido (Art. 8º, §4º do Decreto 8.538/15).

**2.10.** Os quantitativos indicados são estimativos podendo a PMC executá-los no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela respectiva Secretaria, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

**2.11.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2.12.** Os quantitativos estimados por órgão/entidade participante encontram-se descritos no Termo de Referência (Anexo I) deste edital.

**2.13.** O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

### **3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)**

**3.1.** O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, objeto deste certame, inclusos os custos diretos e indiretos, é de **R\$ 3.012.926,43 (três milhões e doze mil e novecentos e vinte e seis reais e quarenta e três centavos)**.

**3.2.** Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**3.3.** No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

### **4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**4.1.** Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU

Função 10 SAÚDE

Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa 1002 ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL



Ação2. 1023 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL

Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União  
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.  
Fonte de recurso 153 Recursos do Governo Estadual  
Fonte de recurso 175 Emenda Individual da união  
Fonte de recurso 186 Emenda Individual Estado  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Função 10 SAÚDE  
Subfunção 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Ação2. 1013 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União  
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.  
Fonte de recurso 175 Emenda Individual União  
Fonte de recurso 176 Emenda de Bancada União  
Fonte de recurso 153 Recursos do SUS governo Estadual  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Unidade Orçamentária 31001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Função 10 SAÚDE  
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa 1006 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE

Ação21.022 Gestão Administrativa

Fonte de recurso 103 103- Impostos e Transferências Saúde.  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru  
Órgão orçamentário: 11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES  
Unidade orçamentária: 11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES  
Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Ação: 2.196 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Esportes

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso: 102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.130 - Suporte as Atividades do Ensino Fundamental.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso: 102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso: 109 - MSC - 1.550.0000 Recursos do Salário Educação (QSE) - 1.550.0000

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1207 - CRECHE, PROINFÂNCIA E PRIMEIRA INFÂNCIA

Ação: 2.140 - Suporte das Atividades da Creche e 1ª infância

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:109 - MSC - 1.550.0000 Recursos do Salário Educação (QSE) - 1.550.0000

Unidade orçamentária: 11002 - FUNDEB

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (30%)

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:162 - MSC - 1.540.0000 FUNDEB 30% (Despesas Diversas) - 1.540.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:178 - MSC - 1.543.0000 - Complemento da União - VAAR - FUNDEB - 1.543.0000

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7027 - Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:162 - MSC - 1.540.0000 FUNDEB 30% (Despesas Diversas) - 1.540.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:178 - MSC - 1.543.0000 - Complemento da União - VAAR - FUNDEB - 1.543.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:166 - MSC - 1.542.0000 Complemento da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas)

Unidade gestora: 43010 - Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Órgão orçamentário: 34000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade orçamentária: 34001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 801 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Ação: 2.5001 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência

Programa: 824 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ação: 2.5005 - Suporte às ações da Política para Pessoas com Deficiência

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.5065 - Suporte as Ações do Conselho Tutelar

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Ação: 2.5008 - Suporte às ações dos conselhos municipais vinculados a SAS

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 827 - POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ação: 2.7011 - Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programa: 1101 - PROGRAMA EMPREGO, RENDA E AVANÇO

Ação: 2.7009 - Programa Profissionaliza+: Ações de Inclusão Produtiva

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1407 - PROGRAMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA LGBTQIAPN+

Ação: 2.5060 - Suporte às Ações da Política Pública - LGBTQIAPN+

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1412 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Ação: 2.5061 - Suporte às ações do Programa de Institucionalização da Política Pública de Igualdade Étnico-Racial

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1413 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE JUVENTUDE

Ação: 2.5004 - Suporte às Ações do Programa Institucionalização da Política de Juventude

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 481 - Habitação Rural

Programa: 1601 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS, PROJETOS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Ação: 2.5015 - Atividades relativas ao PNHR

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade orçamentária: 34002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Ação: 2.5016 - Suporte às Atividades do IGD SUAS – Conselho

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Programa: 826 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.5037 - Suporte as Atividades do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

3.3.90.30.00 Material de Consumo 50.000,00 0,00 0,00 0,00

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.8045 - Suporte à Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 806 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Ação: 2.5054 - Suporte as ações do IGD-PBF Conselho

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Ação: 2.5059 - Suporte as atividades vinculadas ao Bolsa Família

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.5003 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF - desenvolvidos nos CRAS.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5039 - Manutenção das atividades do SCFV

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Programa: 803 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Ação: 2.5019 - Atividades do piso de média complexidade - MSE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5020 - Atividades do piso de média complexidade - CENTRO POP-RUA

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5022 - Atividades do piso de transição de média complexidade

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5023 - Atividades do piso de alta complexidade I - CRIANÇA/ADOLESCENTE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5024 - Atividades do piso de alta complexidade II - POP DE RUA - Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 6000 - GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

Unidade orçamentária: 6001 - GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 401 - GESTÃO SUPERIOR DO MUNICÍPIO

Ação: 2.207 - Manutenção das atividades do Gabinete do (a) Prefeito (a).

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 8000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Unidade orçamentária: 8001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Função: 4 - Administração



Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 1501 - GESTÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS

Ação: 2.210 - Manutenção das ações da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade orçamentária: 9001 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 431 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Ação: 2.156 - Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 12000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Unidade orçamentária: 12001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2004 - GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Ação: 2.211 - Manutenção das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 14000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA

Unidade orçamentária: 14001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2307 - GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA

Ação: 2.213 - Manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Economia Criativa

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 23000 - SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 432 - GESTÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Ação: 2.195 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo e Relações Institucionais

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 692 - Comercialização

Programa: 2309 - FOMENTO AO COMPLEXO DO PARQUE 18 DE MAIO



Ação: 2.8034 - Suporte às Atividades Vinculadas ao Complexo do Parque 18 de Maio

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 24000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 405 - GESTÃO DA ESCOLA DE GOVERNO

Ação: 2.177 - Suporte as ações da Escola de Governo

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 410 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.116 - Manutenção da Secretaria de Administração.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 410 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.200 - Manutenção das Atividades do PROCON

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 25000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade orçamentária: 25001 - SECRETARIA DA FAZENDA

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 420 - GESTÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

Ação: 2.512 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 422 - GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ação: 2.125 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 28000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 406 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU

Ação: 2.4618 - Manutenção das ações da Secretaria de Segurança Municipal de Caruaru

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DA MULHER

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA DA MULHER

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programa: 1101 - PROGRAMA EMPREGO, RENDA E AVANÇO

Ação: 2.172 - Programa Profissionaliza + Mulher - Trabalho, Autonomia Econômica e Formação de Mulheres da Cidade e do Campo

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1401 - GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER

Ação: 2.105 - Suporte às Ações da Secretaria da Mulher

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 36000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 36001 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 403 - GESTÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ação: 2.103 - Manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 37000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 37001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 409 - GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ação: 2.115 - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade orçamentária: 58001 - SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 426 - GESTÃO DA SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Ação: 2.208 - Manutenção das atividades da Secretaria de Captação de Recursos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 60000 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Unidade orçamentária: 60001 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 434 - GESTÃO DA SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

Ação: 2.220 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Projetos Estratégicos  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 63000 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Unidade orçamentária: 63001 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 423 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
Ação: 2.178 - Manutenção das atividades da Secretaria de Articulação Política  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 64000 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Unidade orçamentária: 64001 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 419 - GESTÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Ação: 2.112 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Comunicação  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 435 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Ação: 2.221 - Manutenção da Secretaria de Sustentabilidade e Bem-Estar Animal  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43006 - Fundação de Cultura de Caruaru  
Órgão orçamentário: 38000 - FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 38001 - FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 1301 - GESTÃO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Ação: 2.4801 - Manutenção das atividades administrativas da Fundação de Cultura de Caruaru.  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43009 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA  
Órgão orçamentário: 42000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Unidade orçamentária: 42001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL  
Ação: 2.4504 - Suporte às Ações do COMDICA  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43012 - CARUARUPREV  
Órgão orçamentário: 43000 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARUARU - CARUARUPREV  
Unidade orçamentária: 43001 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARUARU - CARUARUPREV  
Função: 9 - Previdência Social  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 901 - Gestão Administrativa do RPPS  
Ação: 2.6000 - Manutenção das Atividades Administrativas do CARUARUPREV  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:802 - MSC – 1.802.0000 Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração - 1.802

Unidade gestora: 43018 - Central de Abastecimento de Caruaru - CEACA  
Órgão orçamentário: 39000 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 39001 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU  
Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 2001 - GESTÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU - CEACA  
Ação: 2.4001 - Manutenção das atividades da CEACA  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43019 - Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente de Caruaru  
Órgão orçamentário: 41000 - AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB CARUARU

Unidade orçamentária: 41001 - AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB CARUARU  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 1507 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA URB  
Ação: 2.4101 - Manutenção das Atividades da Empresa de Urbanização de Caruaru - URB  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC  
Órgão orçamentário: 13000 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2602 - GESTÃO DA AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU - AMC

Ação: 2.4623 - Manutenção das Atividades da AMC

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

## **5. COMPONENTES DESTE EDITAL**

5.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1. Termo de Referência; **(ANEXO I)**.
- 5.1.2. Modelo de Proposta de preços **(ANEXO II)**.
- 5.1.3. Modelo de Declarações; **(ANEXO III)**.
- 5.1.4. Minuta de Contrato. **(ANEXO IV)**.

## **6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

6.1. O certame será conduzido pelo **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar a vencedora;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

### **6.2. Do Credenciamento:**

- 6.2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.
- 6.2.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

## **7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

### **7.1. Poderão participar deste Certame:**

- 7.1.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### **7.2. Não poderão participar desta licitação:**

- 7.2.1.** Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.2.3.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;
- 7.2.4.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5.** Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.2.6.** Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7.** Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9.** Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10.** Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



**7.2.11.1.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.

**7.2.12.** organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)

**7.2.13.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

**7.3.** Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) **Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
- b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
- g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- l) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. ( ) sim, ME; ( ) sim, EPP; ( ) não, outros enquadramentos.
- II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.** Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

**7.4.1.** A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

**7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.**

**8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)**

**8.1.** Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**8.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**8.3.** A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**8.4.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**8.5.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

**9.1.** O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 9.1.1.** Valor **UNITÁRIO** e **TOTAL** do item.
- 9.1.2.** **FABRICANTE/MARCA/MODELO** dos produtos ofertados, à qual ficará vinculado.
- 9.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;
- 9.1.4.** A proposta de preços deverá ser acompanhada de documentação oficial do fabricante que comprove o atendimento das características técnicas do objeto com indicação de marca e modelo/referência/catálogo/folder, certificado ou outro documento técnico elaborado pelo fabricante de forma a viabilizar a análise das especificações do objeto ofertado às quais ficarão vinculadas.
- 9.1.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.2.** Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

**9.4.** Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**9.5.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.6.** A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

**9.7.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de declaração da licitante.

**9.8.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**9.9.** No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

#### **10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

**10.2.** O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

**10.3.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**10.4.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**10.5.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do **Agente de Contratação/Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**10.6.** Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

**10.7.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

#### **11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**11.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

**11.2.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

**11.3.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**11.4.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**11.5.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**11.6.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação/Pregoeiro** e os licitantes.

**11.7.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**11.7.1** O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do item.

**11.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**11.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**11.9.1.** A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável

**11.10.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**11.11.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

**11.12.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

**11.13.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**11.14.** Durante a fase de lances, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

**11.15.** Se ocorrer a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.16.** No caso de a desconexão do **Agente de Contratação/Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**11.17.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa “**ABERTO**”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**11.18.** Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

**11.18.1.** A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

**11.18.2.** O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

**11.18.3.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

**11.18.3.1.** Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeiro** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

**11.18.3.2.** Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

**11.18.3.3.** Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO TOTAL, POR ITEM**.

**11.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

## **12. DA NEGOCIAÇÃO**

**12.1.** Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

**12.2.** A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

**12.3.** O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

**12.4.** Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

**12.5.** Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

**12.6.** No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

**12.7.** No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.



**12.8.** O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

### **13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1.** A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

**13.1.1.** A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**13.2.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico [www.portalttransparencia.jus.br](http://www.portalttransparencia.jus.br), se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

**13.3.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**13.4.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

**13.4.1.** O **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

**13.4.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**13.4.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

**13.4.4.** Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

**13.4.5.** Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

**13.5. Será desclassificada a propostas que:**

**13.5.1.** Contiver vícios insanáveis;

**13.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

**13.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

**13.5.4.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;

**13.5.4.1.** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

**13.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;



**13.5.6.** apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

**13.5.7.** Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**13.6.** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

**13.7.** Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

**13.8.** Classificada a proposta, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

#### **14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

**14.1.** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

**14.2.** Os documentos **deverão ser incluídos em formato digital** no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, prorrogável por igual período, contado a partir da convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro.

**14.2.1.** A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

**14.3.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**14.3.1.** Sistema de Cadastramento de Fornecedores;

**14.3.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União  
(<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

**14.4.** Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**14.5.** Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** a apresentação do original.

**14.6.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

#### **14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**14.7.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**14.7.2.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

**14.7.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**14.7.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**14.7.5.** Sociedades estrangeiras que não funcionem no País devem apresentar documentos de habilitação equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal, inicialmente em tradução livre.

**14.7.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**14.7.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**14.7.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **14.8.HABILITAÇÃO TÉCNICA:**

**14.8.1. Certificado de Inspeção Sanitária** (Decreto Federal n.º. 15.839/92) expedido por órgão Municipal, Estadual ou Federal da sede da licitante.

**14.8.2. Certificado de localização e funcionamento** expedido pela Prefeitura Municipal da sede da licitante, atestando a regularidade do estabelecimento.

**14.8.3.** Apresentação de **Certificado de Regularidade - CR** válido, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, em nome da envasadora, nos termos da Instrução Normativa n.º 13/2021 IBAMA e da Lei Federal n.º 6.938/1981; **ou**, alternativamente, apresentação de **Licença de Operação** válida, expedida pela Agência Estadual de Meio Ambiente, em conformidade com a Lei Estadual n.º 14.249/2010.

**14.8.4. CÓPIA do Rótulo padrão**, água mineral cotada, elaborado conforme os padrões definidos pela **PORTARIA NORMATIVA Nº 74/GM/MME, de 18 de abril de 2024**, do Ministério de Minas e Energia, que comprove sua **classificação e registro junto ao órgão competente**. O rótulo deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:

14.8.3.1. Nome da fonte;

14.8.3.2. Local da fonte: Município e Estado;

14.8.3.3. Classificação da água (mineral, natural, entre outras);

14.8.3.4. Composição química, expressa em miligramas por litro (mg/L), contendo, no mínimo, os oito elementos predominantes sob a forma iônica;

14.8.3.5. Características físico-químicas;

14.8.3.6. Nome do laboratório responsável pela análise, número e data da análise;

- 14.8.3.7. Volume expresso em litros ou mililitros;
- 14.8.3.8. Número e data da concessão de lavra, bem como o número do processo e a identificação junto à ANM (Agência Nacional de Mineração);
- 14.8.3.9. Nome da empresa concessionária e/ou do arrendatário, se for o caso, com respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 14.8.3.10. Validade do produto, expressa em meses, destacando-se a data de envasamento mediante impressão indelével na embalagem, no rótulo ou na tampa.

**14.8.5.** Uma Comissão Técnica, composta por representantes da SEDUC, SAS e SMS, será responsável por emitir parecer técnico quanto:

- I - à adequação da documentação apresentada; e
- II - à conformidade dos produtos com as especificações do Termo de Referência.

#### **14.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidas do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

**14.9.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

**14.9.2.** Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**14.9.3.** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

**14.9.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**14.9.5.** Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.9.6.** Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**14.9.6.1.** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **14.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**14.10.1.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**12.14.1.1.1** Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

**14.10.2.** Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

**14.10.3.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese de **inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**14.10.4.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**14.10.5.** Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**14.10.6.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**14.10.7.** Para fins de habilitação, a verificação pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

**14.10.8.** Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

**14.10.9.** Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

**14.10.10.** O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.10.11.** A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**14.11.** Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), quando solicitados pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.

**14.12.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

- 14.12.1.** Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**.
- 14.12.2.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-G, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

**14.13. Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.**

**14.14.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**14.15.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**14.16.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **15. DA AMOSTRA**

**15.1.** Não será solicitada na presente licitação a apresentação de amostra dos produtos ofertados.

## **16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

**16.1.** Durante as fases de julgamento e de habilitação, o **Agente de Contratação/Pregoeiro**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

**16.2.** Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

**16.3.** Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

**16.4.** Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

**16.5.** A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza o **Agente de Contratação/Pregoeiro** a fazer exigências novas não previstas no edital.

**16.6.** Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, se outro prazo não for fixado pelo **Agente de Contratação/Pregoeiro**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.



**16.7.** Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

#### **17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**17.1.** Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados, mediante petição, **exclusivamente** para o endereço eletrônico [ucg.caruaru@gmail.com](mailto:ucg.caruaru@gmail.com), até às 19hs, no horário oficial de Brasília-DF.

**17.2.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**17.3.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**17.4.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

**17.5.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

#### **18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**18.1.** Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

**18.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

**18.3.** As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

**18.4.** A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

**18.5.** Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**18.6.** O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**18.7.** As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

**18.8.** Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

**18.9.** Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

**18.10.** Verificada a regularidade dos procedimentos, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.



18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18.12. Após a fase recursal, o **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

## **19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

19.1.A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2.A Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.3.A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.4.A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2.Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **21. DO CONTRATO**

21.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (cinco) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade e vigência encontram-se no termo de referência, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital

21.2. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

21.3.Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

21.4.Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, **instituída pelo Código Tributário Municipal**, nos moldes da tabela abaixo:

<b>CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)</b>	<b>TAXA CORRESPONDENTE</b>
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

**\*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos).**

## **22. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**22.1** As regras acerca da concessão de reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **23. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO**

**23.1.** Os prazos relativos à vigência e execução do contrato oriundos deste certame, estão estabelecidos no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **24. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**24.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**25.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **26. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**26.1.** As previsões relativas à subcontratação do objeto deste certame estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **27. DO PAGAMENTO**

**27.1.** As condições acerca da realização dos pagamentos decorrentes da execução do contrato deste certame estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **28. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**28.1.** As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **29. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**29.1.** As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este edital.

## **30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**30.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

**30.2.** A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

**30.3.** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**30.4.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**30.5.** A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

**30.6.** Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário do **Agente de Contratação/Pregoeiro**, devidamente formalizada.

**30.7.** Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

**30.8.** Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

**30.9.** A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

**30.10.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

**30.11.** O **Agente de Contratação/Pregoeiro** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

**30.12.** **A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).**

**30.13.** Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

**30.14.** A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, “a” e “b”, da Lei nº 14.133, de 2021.

**30.15.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

**30.16.** O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: [ucg.caruaru@gmail.com](mailto:ucg.caruaru@gmail.com), e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua

Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.

**GILSON D'ANGELO DE QUEIROZ RODRIGUES**  
Agente de Contratação/Pregoeiro

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA**

O Termo de Referência, bem como os anexos que o integram, constam na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontram-se disponibilizados para download junto ao edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

Alternativamente, caso não seja possível o acesso pelos meios indicados acima, basta solicitar cópia por mensagens de correio eletrônico, através do endereço indicado na capa deste edital.

**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

AO  
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE  
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026 – UC-G  
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
DATA DE ABERTURA: \_\_/XX/2026, ÀS \_\_:\_\_ HORAS.

A Empresa ....., inscrita no CNPJ (MF) n.º ....., estabelecida no(a) .....vem, perante este Pregoeiro, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento do objeto supramencionado, conforme descrição abaixo:

ITEM	PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇ ÃO /UNIDADE	QUANTIDAD E	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Valor total da proposta: R\$ .....( valor por extenso)

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Prazo de entrega do objeto: **até 24 (vinte e quatro) horas úteis**, conforme Termo de Referência;

Prazo de validade do produto: Conforme Edital;

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

**DADOS PARA PAGAMENTO:**

Banco:

Agência:

Conta:

Local, .....de .....de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa  
(identificação/nome/carimbo/etc)



**ANEXO III**

**MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

**AO**

**MUNICÍPIO DE CARUARU-PE**

**REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026 – UC-G**

**OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**DATA DE ABERTURA: \_\_/XX/2026, ÀS \_\_:\_\_ HORAS.**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ SDS/\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

**DECLARA** que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

**DECLARA** que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

**DECLARA** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

**DECLARA** que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA  
ASSINATURA

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

☞

\_\_\_\_\_  
**Nome, Ass. e CNPJ.**

**Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.**

**ANEXO IV****MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO**

Processo Licitatório nº 210/2026 – UC-G.

Pregão Eletrônico nº 90210/2026 – UC-G.

Contrato nº \_\_\_\_/2026.

**TERMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO PARCELADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DOS SEUS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E A EMPRESA \_\_\_\_\_ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, O **MUNICÍPIO DE CARUARU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, por intermédio da **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE - SEDUC**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Jose Gilvan Cavalcanti Calado Junior, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Michely de Souza Martins, através da **GABINETE DO PREFEITO - GP**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Rodrigo Anselmo Pinheiro dos Santos, através da **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS - SIURB**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Andrews de Melo Silva, através da **SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAZ**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Josivania Karlla Maria de Almeida, através da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS - SESP**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Vital Florêncio dos Santos, através da **SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), João Patrício da Silva Filho, através da **SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPLAG**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Andrezza Karla Oliveira Ribeiro, através da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL - SDR**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Abenilzo Wesley Silva Nascimento, através da **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA - SEDETEC**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Jaime Anselmo da Silva Filho, através da **SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Osmarino Lamartine de Braga e Silva, através da **SECRETARIA DA MULHER - SEMU**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Hannah Miranda Moraes, através da **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Pedro Henrique da Costa Silva, através da **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Ângelo Dimitre Bezerra Almeida da Silva, através da **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO - SECOM**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Thiago Azevedo de Sales, através da **SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA - SAP**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Osmarino Lamartine de Braga e Silva, através da **SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS - SECAP**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Mayara Soares de Oliveira Umburana, através da **SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS - SEPE**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Pedro Augusto Cavalcanti de Andrade, através da **SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), José Fagner Bezerra Fernandes, através da **AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Francisco de Assis Batista da Silva, através da **AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU - AMC**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Edson Nóbrega de Almeida, através da **CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU - CEACA**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Renata de Vasconcelos Alves Crespo de Senna, através da **FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU - FCC**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Herlon de Figueiredo Cavalcanti, através da **INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARUARU - CARUARUPREV**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Fernanda de Melo Barbosa, através da **FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNDECA**, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), Paulo Augusto Santos Silva, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº CNPJ nº

11.371.082/0001-05, neste ato representada pelo Secretário, Sr. Matheus Eduardo de Lima Neves, através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME – SAS**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.454.844/0001-54, neste ato, representada pela Secretária, Katiуска Lopes dos Santos, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, nesta ato representada por seu sócio – gerente, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90210/2026 - UC-G** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente Contrato é a Contratação de empresa(s) especializada(s) para **fornecimento contínuo de água potável, classificada como água mineral natural ou água adicionada de sais, sem gás, acondicionada em garrações retornáveis de Polietileno Tereftalato (PET), livres de bisfenol-A (BPA), com capacidade aproximada de 20 litros, em regime de comodato, bem como fornecimento de água acondicionada em garrafas PET de 500 ml, água acondicionada em copos de 200 ml e garrações/vasilhames novos vazios de 20 litros**, visando atender às necessidades dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital, sendo parte integrante do mesmo, independente de transcrição.

§ 1º - O objeto deverá ser entregue, **parceladamente**, pela(s) contratada(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pela \_\_\_\_\_, através de Ordem de Fornecimento, no seguinte local: \_\_\_\_\_.

§ 2º - Por se tratar de fornecimento parcelado, deverá ter prioridade nas aquisições os produtos ofertados decorrentes da Cota Reservada, salvo, os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido (Art. 8º, §4º do Decreto 8.538/15).

§ 3º - Os quantitativos indicados são estimativos podendo a Contratante/Demandante executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 107, da Lei nº 14.133/21.

§ 1º - O prazo para a **entrega do objeto** licitado será de até **24 (vinte e quatro) horas úteis**, a contar da data da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado por até mais 6 (seis) horas, justificadamente, à critério do órgão/entidade demandante.

§ 2º - A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender à(s) especificação(ões) anexa(s) a este Edital e/ou apresentar(em) defeito(s) de fabricação, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do novo produto será de **até 24 (vinte e quatro) horas corridas**, contado do recebimento da solicitação de troca.

§ 3º - Não será admitida/recebida entrega parcial dos produtos solicitados por meio das Ordens de Fornecimento expedidas pela Contratante, devendo ser entregue o quantitativo total descrito no DANFE ou na nota fiscal eletrônica.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

3.1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_). Destarte a CONTRATADA foi vencedora dos **ITENS** \_\_\_\_ do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	PRODUTO E DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARC A	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xxx	xx	R\$	R\$
VALOR TOTAL						R\$ xx

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

§ 2º - A nota fiscal (devidamente atestada) deverá ser apresentada no setor de contabilidade dos órgãos e entidades participantes, com endereços a seguir especificados:

- **Secretaria de Saúde:** Avenida Vera Cruz, 654, São Francisco – Caruaru/PE;
- **Secretaria de Educação e Esportes:** Rua Barão de Porto Seguro – Maurício de Nassau – CEP - 55012-030 – Caruaru/PE (depósito da SEDUC);
- **Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Fome:** Praça Pedro de Souza, nº 30, Nossa Senhora das Dores – Caruaru/PE;
- **Secretaria de Administração; Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, Secretaria da Fazenda; Secretaria de Educação; Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão; CARUARUPREV; Controladoria Geral do Município e Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Serviços Públicos e Sustentabilidade:** Rua Professor Lourival Vila Nova, 118, Centro Administrativo I – Bairro Universitário.
- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Economia Criativa:** Rua Armando da Fonte, 197, Maurício de Nassau – Caruaru/PE.
- **Secretaria de Políticas para Mulheres:** Rua dos Expedicionários, nº 30, Edf Corália de Menezes, Centro – Caruaru/PE.
- **Secretaria de Ordem Pública:** Av. Gregório de Matos, 401 - Petrópolis, Caruaru - PE, 55030-230.
- **Secretaria de Desenvolvimento Rural:** Rua Rafael Cavalcanti, S/N – Bloco C, Pinheirópolis.
- **Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte:** BR-104, km 62 - S/N - Nova Caruaru, Caruaru - PE, 55014-908. Bloco Branco
- **CEACA:** Rodovia BR 104, s/n, Km 40, Pinheirópolis.
- **Secretaria de Governo:** Praça Senador Teotônio Vilela, S/N - Bloco A – Centro.
- **Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente:** Rua Visconde de Inhaúma, nº 1191, Maurício de Nassau.
- **Fundação Cultura:** Sede da Fundação de Cultura de Caruaru - Rua Frei Caneca, S/N - Centro - Caruaru/PE.
- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:** Rua Rádio Clube de Pernambuco, nº 47, Maurício de Nassau.

§ 3º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 4º - Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada

§ 5º - Os pagamentos serão realizados em correspondência com os produtos efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.

§ 6º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

§ 8º - A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no § 1º será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

§ 9º - Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

§ 10 - A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

§ 11 - Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação do contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, a requerimento da contratada, apurado desde a data do orçamento estimado (\_\_\_/\_\_\_/2025), em consonância com a exigência legal do artigo 92, § 3º da Lei 14.133/2021. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA.

§ 12 - Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no §11.

§ 13 - Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II, d da Lei 14.133/21 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s). O CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

§ 14 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

§ 15 - Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso provada, deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

§ 16 - Os pagamentos dos valores acima referidos também ficam condicionados à comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários pela Contratada.

**§ 17 - No valor contratado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto deste contrato.**

§ 18 - Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



**4.1.** Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Função 10 SAÚDE  
Subfunção 302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
Programa 1002 ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL  
Ação 2.1023 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL  
Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União  
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.  
Fonte de recurso 153 Recursos do Governo Estadual  
Fonte de recurso 175 Emenda Individual da União  
Fonte de recurso 186 Emenda Individual Estado  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Unidade Orçamentária 31002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Função 10 SAÚDE  
Subfunção 301 ATENÇÃO BÁSICA  
Programa 1001 ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO  
Ação 2.1013 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE  
Fonte de recurso 151 Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União  
Fonte de recurso 103 Impostos e Transferências Saúde.  
Fonte de recurso 175 Emenda Individual União  
Fonte de recurso 176 Emenda de Bancada União  
Fonte de recurso 153 Recursos do SUS governo Estadual  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 Material de Consumo

Unidade Gestora 43008 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Unidade Orçamentária 31001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU  
Função 10 SAÚDE  
Subfunção 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL  
Programa 1006 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SAÚDE  
Ação 2.1022 Gestão Administrativa  
Fonte de recurso 103 103- Impostos e Transferências Saúde.  
Classificação da despesa 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru  
Órgão orçamentário: 11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES  
Unidade orçamentária: 11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental  
Programa: 1201 - GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES  
Ação: 2.196 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Esportes  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212  
Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE



Ação: 2.130 - Suporte as Atividades do Ensino Fundamental.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:109 - MSC - 1.550.0000 Recursos do Salário Educação (QSE) - 1.550.0000

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1207 - CRECHE, PROINFÂNCIA E PRIMEIRA INFÂNCIA

Ação: 2.140 - Suporte das Atividades da Creche e 1ª infância

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:102 - MSC - 1.500.1001 25% de Impostos e Transferências para a Educação (Art. 212

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:109 - MSC - 1.550.0000 Recursos do Salário Educação (QSE) - 1.550.0000

Unidade orçamentária: 11002 - FUNDEB

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (30%)

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:162 - MSC - 1.540.0000 FUNDEB 30% (Despesas Diversas) - 1.540.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:178 - MSC - 1.543.0000 - Complemento da União - VAAR - FUNDEB - 1.543.0000

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7027 - Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:162 - MSC - 1.540.0000 FUNDEB 30% (Despesas Diversas) - 1.540.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:178 - MSC - 1.543.0000 - Complemento da União - VAAR - FUNDEB - 1.543.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:166 - MSC - 1.542.0000 Complemento da União - VAAT - FUNDEB 30% (Demais Despesas)

Unidade gestora: 43010 - Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Órgão orçamentário: 34000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade orçamentária: 34001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 801 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Ação: 2.5001 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 242 - Assistência à Pessoa com Deficiência

Programa: 824 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ação: 2.5005 - Suporte às ações da Política para Pessoas com Deficiência

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.5065 - Suporte as Ações do Conselho Tutelar

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Ação: 2.5008 - Suporte às ações dos conselhos municipais vinculados a SAS

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 827 - POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ação: 2.7011 - Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programa: 1101 - PROGRAMA EMPREGO, RENDA E AVANÇO

Ação: 2.7009 - Programa Profissionaliza+: Ações de Inclusão Produtiva

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1407 - PROGRAMA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA LGBTQIAPN+

Ação: 2.5060 - Suporte às Ações da Política Pública - LGBTQIAPN+

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1412 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL

Ação: 2.5061 - Suporte às ações do Programa de Institucionalização da Política Pública de Igualdade Étnico-Racial

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1413 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE JUVENTUDE

Ação: 2.5004 - Suporte às Ações do Programa Institucionalização da Política de Juventude

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 481 - Habitação Rural

Programa: 1601 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PLANOS, PROJETOS E HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Ação: 2.5015 - Atividades relativas ao PNHR

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade orçamentária: 34002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL

Ação: 2.5016 - Suporte às Atividades do IGD SUAS – Conselho

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Programa: 826 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ação: 2.5037 - Suporte as Atividades do FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social.

3.3.90.30.00 Material de Consumo 50.000,00 0,00 0,00 0,00

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.8045 - Suporte à Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 806 - GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO

Ação: 2.5054 - Suporte as ações do IGD-PBF Conselho

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Ação: 2.5059 - Suporte as atividades vinculadas ao Bolsa Família

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.5003 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF - desenvolvidos nos CRAS.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5039 - Manutenção das atividades do SCFV

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

Programa: 803 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Ação: 2.5019 - Atividades do piso de média complexidade - MSE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5020 - Atividades do piso de média complexidade - CENTRO POP-RUA

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5022 - Atividades do piso de transição de média complexidade

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5023 - Atividades do piso de alta complexidade I - CRIANÇA/ADOLESCENTE

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Ação: 2.5024 - Atividades do piso de alta complexidade II - POP DE RUA - Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:125 - MSC - 1.660.0000 Recursos Transferidos pelo FNAS - 1.660.0000

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:128 - MSC - 1.661.0000 Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social - 1.6

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 6000 - GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

Unidade orçamentária: 6001 - GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 401 - GESTÃO SUPERIOR DO MUNICÍPIO

Ação: 2.207 - Manutenção das atividades do Gabinete do (a) Prefeito (a).

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 8000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS  
Unidade orçamentária: 8001 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 1501 - GESTÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS  
Ação: 2.210 - Manutenção das ações da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 9000 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade orçamentária: 9001 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 431 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS  
Ação: 2.156 - Manutenção da Secretaria de Serviços Públicos  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 12000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
Unidade orçamentária: 12001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 2004 - GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
Ação: 2.211 - Manutenção das Ações da Secretaria de Desenvolvimento Rural  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 14000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA  
Unidade orçamentária: 14001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 2307 - GESTÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA  
Ação: 2.213 - Manutenção das atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Tecnologia e Economia Criativa  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 23000 - SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
Unidade orçamentária: 23001 - SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 432 - GESTÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
Ação: 2.195 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo e Relações Institucionais



3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 692 - Comercialização

Programa: 2309 - FOMENTO AO COMPLEXO DO PARQUE 18 DE MAIO

Ação: 2.8034 - Suporte às Atividades Vinculadas ao Complexo do Parque 18 de Maio

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 24000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 24001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 405 - GESTÃO DA ESCOLA DE GOVERNO

Ação: 2.177 - Suporte as ações da Escola de Governo

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 410 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.116 - Manutenção da Secretaria de Administração.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 410 - GESTÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Ação: 2.200 - Manutenção das Atividades do PROCON

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 25000 - SECRETARIA DA FAZENDA

Unidade orçamentária: 25001 - SECRETARIA DA FAZENDA

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 420 - GESTÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA

Ação: 2.512 - Manutenção das Atividades da Secretaria da Fazenda.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 422 - GESTÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ação: 2.125 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 28000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU

Unidade orçamentária: 28001 - SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU



Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 406 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU

Ação: 2.4618 - Manutenção das ações da Secretaria de Segurança Municipal de Caruaru

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DA MULHER

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA DA MULHER

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programa: 1101 - PROGRAMA EMPREGO, RENDA E AVANÇO

Ação: 2.172 - Programa Profissionaliza + Mulher - Trabalho, Autonomia Econômica e Formação de Mulheres da Cidade e do Campo

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Programa: 1401 - GESTÃO DA SECRETARIA DA MULHER

Ação: 2.105 - Suporte às Ações da Secretaria da Mulher

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 36000 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 36001 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 403 - GESTÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ação: 2.103 - Manutenção das atividades da Controladoria Geral do Município.

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 37000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 37001 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 409 - GESTÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Ação: 2.115 - Manutenção das atividades da Procuradoria Geral do Município

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade orçamentária: 58001 - SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 426 - GESTÃO DA SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Ação: 2.208 - Manutenção das atividades da Secretaria de Captação de Recursos

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 60000 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
Unidade orçamentária: 60001 - SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 434 - GESTÃO DA SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS  
Ação: 2.220 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Projetos Estratégicos  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 63000 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
Unidade orçamentária: 63001 - SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 423 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA  
Ação: 2.178 - Manutenção das atividades da Secretaria de Articulação Política  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 64000 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Unidade orçamentária: 64001 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 419 - GESTÃO DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO  
Ação: 2.112 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Comunicação  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Órgão orçamentário: 65000 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Unidade orçamentária: 65001 - SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 435 - GESTÃO DA SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL  
Ação: 2.221 - Manutenção da Secretaria de Sustentabilidade e Bem-Estar Animal  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43006 - Fundação de Cultura de Caruaru  
Órgão orçamentário: 38000 - FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 38001 - FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 1301 - GESTÃO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU  
Ação: 2.4801 - Manutenção das atividades administrativas da Fundação de Cultura de Caruaru.  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso:101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43009 - Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Caruaru - FUNDECA  
Órgão orçamentário: 42000 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Unidade orçamentária: 42001 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
Função: 8 - Assistência Social  
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente  
Programa: 816 - FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL  
Ação: 2.4504 - Suporte às Ações do COMDICA  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43012 - CARUARUPREV  
Órgão orçamentário: 43000 - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARUARU - CARUARUPREV  
Unidade orçamentária: 43001 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CARUARU - CARUARUPREV  
Função: 9 - Previdência Social  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 901 - Gestão Administrativa do RPPS  
Ação: 2.6000 - Manutenção das Atividades Administrativas do CARUARUPREV  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 802 - MSC - 1.802.0000 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração - 1.802

Unidade gestora: 43018 - Central de Abastecimento de Caruaru - CEACA  
Órgão orçamentário: 39000 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 39001 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU  
Função: 20 - Agricultura  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 2001 - GESTÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU - CEACA  
Ação: 2.4001 - Manutenção das atividades da CEACA  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43019 - Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente de Caruaru  
Órgão orçamentário: 41000 - AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB CARUARU

Unidade orçamentária: 41001 - AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU - URB CARUARU  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 1507 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA URB  
Ação: 2.4101 - Manutenção das Atividades da Empresa de Urbanização de Caruaru - URB  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

Unidade gestora: 43020 - Autarquia de Mobilidade de Caruaru - AMC  
Órgão orçamentário: 13000 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU  
Unidade orçamentária: 13001 - AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU  
Função: 4 - Administração  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 2602 - GESTÃO DA AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU - AMC  
Ação: 2.4623 - Manutenção das Atividades da AMC  
3.3.90.30.00 Material de Consumo  
Fonte de recurso: 101 - MSC - 1.501.0000 Recursos Próprios - 1.501.0000

## **5. CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**5.1.** Os serviços serão recebidos conforme a seguir:

- a) **Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato;
- b) **Definitivamente:** Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

**5.2.** A contratada compromete-se a substituir ou repor o produto nas seguintes situações:

- a) Embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que possam expor o produto à contaminação ou deterioração;
- b) Produtos com nível de água inferior ao especificado ou garrações com vazamento;
- c) Produtos deteriorados ou impróprios para consumo;
- d) Produtos que apresentem alterações quanto a sabor, odor, cor ou aspecto, mesmo dentro do prazo de validade.

**5.3.** A contratada ficará obrigada a substituir os produtos recusados por não atenderem às especificações do Termo de Referência, sem quaisquer ônus para a Administração Pública, e sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

**5.4.** Caso a substituição não comprometa o abastecimento, deverá ser efetuada no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas, contadas a partir do recebimento da notificação de troca.

**5.5.** Caso comprometa o abastecimento, a substituição deverá ocorrer em até 6 (seis) horas corridas, contadas da data da notificação

**5.6.** Em caso de suspeita quanto à qualidade microbiológica, físico-química ou às especificações técnicas dos produtos fornecidos, os órgãos/entidades poderão solicitar análise laboratorial, cujo custo será de responsabilidade da contratada, visando garantir o atendimento aos padrões estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

**5.7.** Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária, assegurando a sua integridade até o destino final, conforme os quantitativos, datas de validade e locais de entrega previamente informados nas Ordens de Fornecimento.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE**

**6.1.** As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO**

8.1. Subcontratação de parte do objeto contratual dependerá de autorização prévia e expressa do órgão ou entidade demandante/contratante, que deverá avaliar se a empresa subcontratada atende aos requisitos de qualificação técnica, bem como possui regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido para a execução do objeto.

8.2. Adjudicatária poderá, sem prejuízo de suas responsabilidades legais e contratuais, subcontratar **até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto**, desde que previamente autorizada pelo órgão ou entidade demandante.

8.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, a responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto permanecerá atribuída à Adjudicatária, que deverá realizar a supervisão, fiscalização e coordenação das atividades executadas pela subcontratada, bem como responder perante a Administração Pública pelo fiel e rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais correspondentes à parte subcontratada.

**9. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

9.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**9.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.4.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

**9.5.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.6.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.7.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.9.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**9.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.11.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.12.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**9.13.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**9.14.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante



serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

**9.15.** A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**10.1.** As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

**11.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

**11.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

**11.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**12.1.** Durante a vigência do Contrato, o controle da execução será acompanhado pelos seguintes servidores:

ÓRGÃO/ENTIDADE	GESTORES, FISCAIS E SUPLENTE
<b>SAD - Secretaria de Administração</b>	Gestor Titular: SÉRGIO RICARDO FERREIRA FILHO, Gerente I, Mat. 56.128-1 Gestor Suplente: FERNANDO FRANCIS DA SILVA, Coordenador I, Mat. 55.994-6 Fiscal Titular: GUILHERME HENRIQUE VASCONCELOS DE FRANÇA, Gerente Geral, Mat. 55.996-8 Fiscal Suplente: LUIZ GABRIEL DA SILVA, Coordenador I, Mat. 56.210-3
<b>SIURB – Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras</b>	Gestor Titular: EMANUEL MESSIAS MARQUES, Secretário Executivo, Mat. 559537 Gestor Suplente: RENNAN GALINDO PESSOA E MELO, Gerente de Contratos, Mat. 559810 Fiscal Titular: FELIPE ANDRÉ ALCÂNTARA DE FARIAS, Gerente Administrativo, Mat. 521384 Fiscal Suplente: EDUARDO MARQUES MARTINS, Coordenador II, Mat. 560827
<b>SM – Secretaria de Segurança Municipal</b>	Gestor Titular: VALDIR TIBÚRCIO DA SILVA, Secretário Executivo, Mat. 562000 Gestor Suplente: VIRGÍNIA PISETTA, Chefe de Gabinete III, Mat. 559870 Fiscal Titular: MATHEUS DA SILVA SANTOS, Assistente I, Mat. 559861 Fiscal Suplente: PAULO FERNANDO SOARES DA SILVA, Coordenador I, Mat. 561393
<b>SESP – Secretaria de Serviços Públicos</b>	Gestor Titular: JOSÉ WEDSON AZEVEDO, Coordenador, Mat. 56.050-1 Gestor Suplente: MARIA EDUARDA TEODORO DO NASCIMENTO MOURA, Coordenadora, Mat. 56.050-4 Fiscal Titular: EVENE GORETTE DE MOURA, Coordenadora, Mat. 56.049-4

	Fiscal Suplente: MARIA HELLEN VICTORIA TORRES DA SILVA, Chefe de Gabinete, Mat. 56.053-0
<b>SDR – Secretaria de Desenvolvimento Rural</b>	Gestor Titular: NAYARA DE ANDRADE RAMOS, Chefe de Gabinete III, Mat. 56.221-8 Gestor Suplente: ANA PATRÍCIA DA SILVA, Assistente I, Mat. 56.039-6 Fiscal Titular: PEDRO HENRIQUE RODRIGUES XAVIER DOS SANTOS, Assessor Técnico, Mat. 56.039-2 Fiscal Suplente: YANN CÍSARA FERREIRA, Coordenador II, Mat. 56.039-0
<b>SEMU – Secretaria da Mulher</b>	Gestor Titular: ERIKA MORGANA VILA NOVA DOS SANTOS, Assistente II, Mat. 56.0155 Gestor Suplente: RAIANE ALVES DE LIRA, Gerente I, Mat. 56.2111 Fiscal Titular: BRUNA RAFAELY BEZERRA, Gerente I, Mat. 56.0136 Fiscal Suplente: MARCELA SANTANA DA SILVA, Assessor Técnico, Mat. 56.1115
<b>SEDUC – Secretaria de Educação</b>	Gestor Titular: MARIA KLÉBYA CAVALCANTI ROCHA, Gerente Geral, Mat. 56.145-4 Gestor Suplente: MATHEUS SOUSA GALVÃO, Gerente II, Mat. 56.212-4 Fiscal Titular: DANIELLE FERREIRA FARIAS CINTRA, Coordenadora II, Mat. 56.187-4 Fiscal Suplente: MANOEL VICTOR DE SOUZA MORAIS, Coordenador I, Mat. 56.043-6
<b>SMS – Secretaria de Saúde</b>	Fiscal Titular: MARIA JOSÉ SILVA MONTEIRO, Auxiliar Administrativo, Mat. 17.959-4 Fiscal Suplente: GUSTAVO FERREIRA SANTANA, Auxiliar Administrativo, Mat. 18.144-7 Gestor Titular: TACIANA ANGÉLICA DE CARVALHO SILVA, Gestora de Contratos, Mat. 56.199-8 Gestor Suplente: LUCIANA FERREIRA DA PAZ, Gerente de Processos e Contratos, Mat. 56.198-5
<b>SEDETEC – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Economia Criativa</b>	Gestor Titular: LETÍCIA MONTEIRO GOMES, Coordenadora I, Mat. 56.2119 Gestor Suplente: CAIO LUCCA DOS SANTOS DE FREITAS, Assessor Técnico, Mat. 56.262-6 Fiscal Titular: MAYADNY ANDYELLE M. N. DOS SANTOS, Coordenadora I, Mat. 56.060-9 Fiscal Suplente: MATHEUS WAGNER GIL DOS SANTOS, Assistente I, Mat. 56.065-6
<b>SAS – Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome</b>	Gestor Titular: PAULO AUGUSTO SANTOS SILVA, Gerente Geral, Mat. 55.998-8 Gestor Suplente: RONALT PEDRO DE LIMA RAMOS, Gerente II, Mat. 56.2242 Fiscal Titular: LIGIVÂNIA DOS SANTOS, Coordenadora II, Mat. 55.0013 Fiscal Suplente: JHENNIFER MARIANA LOPES FERREIRA, Coordenadora II, Mat. 56.2238
<b>AMC – Autarquia de Mobilidade de Caruaru</b>	Gestor Titular: Priscila dos Santos Oliveira, Chefe de Gabinete 3, Mat. 100602 Gestor Suplente: Maria Rosana Bezerra Teixeira, Gerente I, Mat. 100651 Fiscal Titular: Hemilly Pollianny de Sousa Silva, Coordenadora, Mat. 100717 Fiscal Suplente: Wilson Wanderley Alves Soares, Coordenador, Mat. 100728
<b>URB – Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente</b>	Gestor Titular: AUGUSTO CEZAR GOES DO AMARAL, Gerente Técnico, Mat. 000.364 Gestor Suplente: LAERTTE DA SILVA LIMA, Vice-Presidente, Mat. 000.349 Fiscal Titular: LUCIVÂNIA DE LIMA SILVA DIAS, Chefe de Gabinete, Mat. 000.369 Fiscal Suplente: WOLNEY LEITE MIRANDA, Gerente de Projetos, Mat. 000.358
<b>CEACA – Central de Abastecimento de Caruaru</b>	Gestor Titular: HUGO JOSÉ GOMES DA ROCHA, Chefe de Gabinete, Mat. 487 Gestor Suplente: CLEBER GABRIEL TORRES, Auxiliar de Manutenção, Mat. 507 Fiscal Titular: JOÃO VITOR LEÃO DA ROCHA, Auxiliar Administrativo, Mat. 539 Fiscal Suplente: EGILDO FELICIANO DA SILVA JÚNIOR, Coordenador I, Mat. 541
<b>CARUARUPREV – Instituto de Previdência</b>	Gestor Titular: GUSTAVO GONÇALO DE LIMA, Analista Prev. Contábil, Mat. 2814 Gestor Suplente: DANILO GERMANO DA SILVA, Assessor III, Mat. 2914 Fiscal Titular: ILCE THAIS DE MARIA, Assessor II, Mat. 15820 Fiscal Suplente: EDUARDA DE SANTANA SILVA, Assessor I, Mat. 15001
<b>SEPLAG – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão</b>	Gestor Titular: TÁSSIA GRAZIELLE LOURENÇO DA SILVA, Chefe de Gabinete, Mat. 562322 Gestor Suplente: KARINE MEDEIROS DE SOUZA TENORIO, Gerente de Contratos, Mat. 560537

	<p>Fiscal Titular: MILLENA DANTAS REVOREDO ZIRPOLI, Coordenadora de Orçamento, Mat. 560465</p> <p>Fiscal Suplente: HELIANE ALENCAR DE OLIVEIRA, Gerente Geral, Mat. 560456</p>
<b>PGM - Procuradoria Geral do Município</b>	<p>Gestor Titular: GILMAR DE ARAUJO PIMENTA, ASSISTENTE DE PROCURADORIA, MAT. 559746</p> <p>Fiscal Titular: MIGUEL MARCOS BEZERRA FILHO, ASSISTENTE DE PROCURADORIA, MAT. 561104</p> <p>Fiscal Suplente: ETIANE CARMEM ARAUJO DE MENDONÇA, ASSISTENTE DE PROCURADORIA LIC, MAT. 559745</p>
<b>SEFAZ – Secretaria da Fazenda</b>	<p>Gestor Titular: DANYLO FERREIRA CAVALCANTE, Consultor Técnico III, Mat. 561953</p> <p>Gestor Suplente: DANUBIA GABRIELA DE LIMA, Gerente Geral, Mat. 559558</p> <p>Fiscal Titular: BRUNA MENDES DE OLIVEIRA, Consultor Técnico III, Mat. 562230</p> <p>Fiscal Suplente: SYNARA CAROLYNY PEREIRA DA SILVA, Gerente Geral, Mat. 559559</p>
<b>CGM – Controladoria Geral do Município</b>	<p>Gestor Titular: Juliane Patrícia Lins da Silva Gerente Geral 55.955-4</p> <p>Gestor Suplente: Sara Raquel Leite de Oliveira Carvalho, Analista de Controle Interno, Mat. 55.913-6</p> <p>Fiscal Titular: Yara Cavalcanti Galvão Braga, Chefe de Gabinete, Mat. 55.976-3</p> <p>Fiscal Suplente: Amanda Kelly Mendonça Silva, Auditora de Controle Interno, Mat. 55.925-9</p>
<b>GP – Gabinete do Prefeito</b>	<p>Gestor Titular: FABIANE TEIXEIRA SILVA, Gerente, Mat. 55.972-1</p> <p>Gestor Suplente: DANILLO CÉSAR RIBEIRO GALVÃO, Assessor Especial, Mat. 55.971-8</p> <p>Fiscal Titular: ELLEN LEMOINE FERNANDES DE MELO LIMA, Assessora Especial, Mat. 55.971-7</p> <p>Fiscal Suplente: RENATA KELLY BEZERRA LEMOS, Assessora Especial, Mat. 55.972-5</p>
<b>SEGOV – Secretaria de Governo e Relações Institucionais</b>	<p><b>SEGOV (SEDE)</b></p> <p>Gestor Titular: ERICA LAURENTINO TABOSA, Gerente, Mat. 561963</p> <p>Fiscal Titular: JANAINA DE A. BARROS NICÉAS ALBUQUERQUE, Chefe de Gabinete, Mat. 560160</p> <p>Fiscal Suplente: EDVAR JOSÉ DA SILVA, Coordenador, Mat. 560163</p> <p><b>SEP18MAIO (Secretaria Executiva)</b></p> <p>Gestor Titular: HORACIO JOAQUIM MONTEIRO FILHO, Gerente, Mat. 559633</p> <p>Fiscal Titular: AILTON ALVES DA SILVA, Coordenador, Mat. 559966</p> <p>Fiscal Suplente: MEYRIANE RAQUEL SILVA LOURENÇO, Chefe de Gabinete, Mat. 559700</p>
<b>SECOM – Secretaria de Comunicação</b>	<p>Gestor Titular: AMANDA LARISSA SILVA SANTOS, Gerente II, Mat. 55.968-7</p> <p>Gestor Suplente: VINICIUS LUNA SILVA, Coordenador I, Mat. 55.967-2</p> <p>Fiscal Titular: ISYS FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA, Gerente II, Mat. 55.966-9</p> <p>Fiscal Suplente: MARIA EDUARDA BRAGA CABRAL, Gerente II, Mat. 56.127-8</p>
<b>FCC – Fundação de Cultura</b>	<p>Gestor Titular: PEDRO LUIZ BAZANTE PEREIRA, Gerente Geral, Mat. 000572</p> <p>Gestor Suplente: VALDEZ DE ARRUDA GUERRA SILVA, Chefe de Gabinete, Mat. 000578</p> <p>Fiscal Titular: ALBERTO LUIZ DA SILVA, Motorista, Mat. 560.824</p> <p>Fiscal Suplente: ALISSON JÚLIO LOPES DA SILVA, Motorista, Mat. 000585</p>
<b>COMDICA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</b>	<p>Gestor Titular: PAULO AUGUSTO SANTOS SILVA, Mat. 55.998-8</p> <p>Fiscal Titular: MARIA GISÉLIA ARAÚJO DE OLIVEIRA, Mat. 29.487-0</p>
<b>SAP – Secretaria de Articulação Política</b>	<p>Gestora Titular: LUCIANE ALVES GOMES, Assessora, Mat. 559937</p> <p>Fiscal Titular: RENATA DE SIQUEIRA BRAGA OLIVEIRA, Chefe de Gabinete, Mat. 560326</p>

<b>SSB – Secretaria de Sustentabilidade e Bem-estar Animal</b>	Gestor Titular: DIÓGENES BRAGA LIRA, Coordenador, Mat. 56.820-9 Gestor Suplente: FERNANDA LAYSA TABOSA LIMA, Assessor Técnico, Mat. 56.114-6 Fiscal Titular: BRUNO INOCÊNCIO MARTINS, Assessor Técnico, Mat. 56.144-0 Fiscal Suplente: MARÍLIA LIZIA VELOSO SANTANA DI LASCIO, Assessor Técnico, Mat. 56.263-8
<b>SEPE – Secretaria de Projetos Estratégicos</b>	Gestor Titular: IALLAN SEBASTIÃO DA SILVA, Gerente de Projetos, Mat. 56.044-3 Fiscal Titular: LUDMILA DE OLIVEIRA LIMA ARAGÃO, Chefe de Gabinete, Mat. 56.175-9
<b>SECAP – Secretaria de Captação de Recursos</b>	Gestor Titular: PAULA PERAZZO SANTOS DE SANT'ANA, Gerente, Mat. 559775 Gestor Suplente: RENATA MIRELLE ALVES DE LUCENA DE ARAÚJO, Gerente de Prestação de Contas, Mat. 559777 Fiscal Titular: WYLLYAN RAMON VIEIRA CANUTO, Gerente de Execução, Mat. 559779 Fiscal Suplente: IRVIN ALLONSO LEITE DA ROCHA, Gerente de Dados, Mat. 559778

**12.2.** As responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023 e no Decreto nº 075/2023, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**12.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

**13.1.** Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

<b>CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)</b>	<b>TAXA CORRESPONDENTE</b>
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO**

**14.1.** Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

**Parágrafo Único:** Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**15.1.** A extinção do contrato se dará nos termos dos artigos 106, inciso III, ou 137 da Lei n. 14.133/2021.

**15.1.1** No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

**15.1.2** No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1.** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS TOLERÂNCIAS**

**17.1.** Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE**

**18.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**19.1.** A documentação técnica referente à obra deverá ser entregue pela CONTRATADA na sede da Prefeitura de Município de Caruaru/PE.

**19.2.** A permissividade de subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do MUNICÍPIO.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO**

**20.1.** É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES**  
Jose Gilvan Cavalcanti Calado Junior  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**  
Michely de Souza Martins  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS**  
Andrews de Melo Silva  
Contratante

(inserir razão social da empresa)  
(inserir representante legal da empresa)  
**Contratada**

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
Josivania Karlla Maria de Almeida  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**  
Vital Florêncio dos Santos  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE SEGURANÇA MUNICIPAL DE CARUARU**  
João Patrício da Silva Filho  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
Andrezza Karla Oliveira Ribeiro  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL**  
Abenilzo Wesley Silva Nascimento  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA**  
Jaime Anselmo da Silva Filho  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**  
Osmarino Lamartine de Braga e Silva  
Contratante



**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DA MULHER**  
Hannah Miranda Moraes  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
Pedro Henrique da Costa Silva  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
Ângelo Dimitre Bezerra Almeida da Silva  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO**  
Thiago Azevedo de Sales  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA**  
Osmarino Lamartine de Braga e Silva  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS**  
Mayara Soares de Oliveira Umburana  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS**  
Pedro Augusto Cavalcanti de Andrade  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**SECRETARIA DE SUSTENTABILIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL**  
José Fagner Bezerra Fernandes  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE DE CARUARU**  
Francisco de Assis Batista da Silva  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**AUTARQUIA DE MOBILIDADE DE CARUARU**  
Edson Nóbrega de Almeida  
Contratante

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU**

**Renata de Vasconcelos Alves Crespo de Senna**  
**Contratante**

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**FUNDAÇÃO DE CULTURA DE CARUARU**  
**Herlon de Figueiredo Cavalcanti**  
**Contratante**

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES**  
**MUNICIPAIS DE CARUARU**  
**Fernanda de Melo Barbosa**  
**Contratante**

**MUNICÍPIO DE CARUARU**  
**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO**  
**ADOLESCENTE**  
**Paulo Augusto Santos Silva**  
**Contratante**

**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE**  
**À FOME – SAS**  
**Katiuska Lopes dos Santos**  
**Contratante**

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS**  
**Matheus Eduardo de Lima Neves**  
**Contratante**